



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dra. Maria José Ribeiro

| SUA REFERÊNCIA | SUA COMUNICAÇÃO DE | NOSSA REFERÊNCIA | DATA |
|----------------|--------------------|-------------------------------------|------------|
| | | Nº: 3791 ENT.: 6425 PROC. Nº: | 11/11/2016 |

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DO REQUERIMENTO N.º 51/XIII/2.ª

Encarrega-me o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares de, mui respeitosamente, devolver o Requerimento n.º 51/XIII/2.ª, apresentado pelos Senhores Deputados Álvaro Batista, Manuel Frexes, Amadeu Soares Albergaria, Berta Cabral, Nilza de Sena, António Costa Silva, António Ventura, José Silvano, Emília Cerqueira, Fátima Ramos, Sara Madruga da Costa, Carlos Abreu Amorim, Cristóvão Crespo, Cristóvão Simão Ribeiro, Duarte Marques, Emília Santos, Joana Barata Lopes, Laura Monteiro Magalhães, Margarida Balseiro Lopes, Margarida Mano, Maria Germana Rocha, Maria Manuela Tender, Pedro Alves, Pedro Pimpão e Susana Lamas do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo do n.º 4, alínea a), do *Guia de boas práticas sobre requerimentos e perguntas dos Deputados* “um requerimento visa obter elementos, informações e publicações oficiais úteis para o exercício do mandato, não devendo ser feito sob a forma de pergunta”, conforme sucede no Requerimento em apreço.

Em face do exposto, solicita-se a reformulação do pedido em causa.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Nuno Araújo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO** Número / (.ª)
- PERGUNTA** Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi recentemente divulgado na comunicação social que o Ministério da Educação tinha autorizado a contratação de 300 novos assistentes operacionais com o objetivo de dar resposta a “necessidades urgentes” em quase todas as escolas e agrupamentos do país.

Na audição parlamentar do Senhor Ministro da Educação ocorrida na Assembleia da República no dia 08/11/2016, essa decisão do atual governo foi confirmada pela Secretária de Estado Adjunta e da Educação, sem que tenham no entanto sido divulgados, nem os critérios da distribuição destes novos efetivos pelas diversas escolas e agrupamentos a nível nacional, sobretudo, qual o grau de satisfação das necessidades que os mesmos irão assegurar e quantos mais pessoas será necessário contratar para regularizar a situação e assegurar o normal funcionamento das escolas.

Apesar do atual ministro, em concreto através de comunicado remetido à comunicação social, ter defendido a pretensão de que estas contratações terão a capacidade de resolver uma parte substancial dos problemas sinalizados pelas escolas, os deputados subscritores, em resultado dos contactos que têm vindo a estabelecer com associações de pais, sindicalistas independentes, diretores de escolas e de agrupamentos, estão absolutamente convictos de que isso não corresponde à verdade, não chegando estas novas contratações, sequer para fazer face às consequências do horário de trabalho para as 35 horas.

Não servindo a contratação destes novos assistentes operacionais mais do que para suprir as necessidades mais prementes, não passando pois de um mero mascarar da realidade, é importante que os cidadãos possam conhecer critérios e fundamentos, em suma, dados objetivos, pois é toda a comunidade educativa que exige saber quando é que a situação de falta de recursos humanos que este governo criou vai ser regularizada.

Num país onde o sindicalismo encartado e ideologicamente comprometido se eclipsou “como que num passe de mágica”, pais, alunos e docentes, têm o direito de saber quando é que esta situação irá ser regularizada por aqueles que, apesar de serem os únicos responsáveis pelo atual “estado da coisa”, apesar de serem os únicos responsáveis pela degradação das condições de funcionamento em todas as escolas do país, pretendendo aparentemente sonegar a sua responsabilidade, fazem questão de afirmar todos os dias, 10 vezes e em voz alta, defenderem a escola pública acima de todos os valores.

Atendendo ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados subscritores do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

1. Quais foram os critérios seguidos pelo Ministério da Educação para determinar a alocação dos novos contratados em termos regionais ou distritais?
2. Considerando as graves carências de recursos humanos que se fazem sentir atualmente na generalidade das escolas e dos agrupamentos do distrito de Castelo Branco, quantos das novas contratações de assistentes operacionais é que serão aqui colocados?
3. Após estas novas contratações, quantos mais assistentes operacionais será necessário contratar para que as carências de recursos humanos nas escolas e agrupamentos do distrito de Castelo Branco fiquem finalmente sanadas?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 9 de Novembro de 2016

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)

MANUEL FREXES(PSD)

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

CARLOS ABREU AMORIM(PSD)

CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)

CRISTÓVÃO SIMÃO RIBEIRO(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

EMÍLIA SANTOS(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

Deputado(a)s

MARGARIDA MANO(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

MARIA MANUELA TENDER(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)